



Sejam bem-vindos
 Vinte e oito professores tomaram posse na quinta-feira 13 na UFRJ **Página 5**

www.adufrj.org.br

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

ADUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN • Ano XII nº 834 • 17 de fevereiro de 2014 • Central Sindical e Popular - Conlutas

Faltou debate
Consuni
 descentraliza
 decisão sobre
 regime DE
Página 4



Andes-SN quer verbas exclusivas para a Educação Pública

Congresso aprova a construção de uma agenda de lutas e atualização do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira

■ No congresso em São Luís (MA), professores do ensino superior de todo país decidiram como linha de ação para o próximo período defender a educação pública, sua desmer-

cantilização, lutar por carreira e salários dignos para os docentes e intensificar a aproximação com a base da categoria. Ficou definido que o movimento docente vai investir na articulação

com outros movimentos sindicais e populares para atualizar o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira, aprovado em 1997.

Páginas 2 e 3

Direitos
Adufrj-SSind
 cobra solução
 para quem
 se aposentou
 como
Associado 1
Página 6



Internacional
A greve dos estivadores portugueses
Página 6



Professores reunidos em auditório da Universidade Federal do Maranhão

Funcionalismo
Servidores públicos federais já falam em greve para março
Página 4

33º CONGRESSO DO ANDES-SN

Andes-SN apresenta suas prioridades para 2014

Defender a Educação pública e sua desmercantilização, carreira e salários dignos para os docentes, intensificar as ações na base da categoria e construir a unidade classista dos movimentos sindical e popular serão as diretrizes



Fotos: Silvana Sá - 10/02/2014

Professores de todo o país estiveram reunidos na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de 10 a 15 de fevereiro

“A conjuntura será ainda mais dura”, diz presidenta do Andes-SN

Silvana Sá

Enviada especial a São Luís (MA)

Reunidos em São Luís (MA) para o 33º Congresso do Andes-SN, entre os dias 10 e 15 de fevereiro, professores ligados ao ensino superior de todo o país analisaram o cenário de lutas nacional e internacional. A crise econômica, que potencializa os ataques contra a classe trabalhadora, e as jornadas de junho do ano passado estiveram entre os destaques.

Com base nessa discussão, os delegados aprovaram, em uma plenária específica, a chamada “centralidade da luta”. O dispositivo foi introduzido há poucos anos na dinâmica dos congressos da categoria para indicar, de forma clara, ao conjunto dos professores, quais são as prioridades de ação do Sindicato Nacional para o próximo período. E, por ampla

Centralidade da luta

“Defesa do projeto de educação pública, com verbas exclusivamente para a Educação Pública, e da desmercantilização da Educação, carreira e salário que valorizem os docentes, intensificando a ação do Andes-SN na categoria, enraizamento da CSP-Conlutas, na construção da unidade classista dos movimentos sindical e popular e da solidariedade aos movimentos nacionais e internacionais dos trabalhadores.”

maioria e apenas duas abstenções, o texto defende a Educação Pública, melhoria das condições de trabalho e a construção da unidade classista. Veja a íntegra no quadro (acima).

No debate, os desafios deste ano

A presidenta do Andes-SN, Marinalva Oliveira, observou que 2014 vai oferecer desafios maiores que os de anos anteriores: “A conjuntura será ainda

mais fortes. As medidas de austeridade e retirada de direitos se acentuam para fazer os trabalhadores pagarem a conta da crise”.

De acordo com Marina Barbosa, 2ª secretária do Andes-SN, é urgente realizar ações de unificação dos setores e preparar os docentes para que possam “responder à altura dos ataques que estão por vir, tanto no interior das universidades, quanto para a sociedade”. As greves de 2012, segundo as análises, contribuíram para as mobilizações de 2013.

Outro importante debate foi sobre as condições necessárias à construção de uma greve geral no país neste ano. Houve grupos que defenderam a greve como foco da mobilização. Outros propuseram o instrumento como consequência de uma greve unificada dos servidores públicos federais. Após diversas intervenções, foi possível concluir que, apesar de a greve ser um importante instrumento de pressão, as condições não estão dadas. Será necessária uma forte ação na base em 2014 para intensificar as lutas e construir a unidade dos trabalhadores.

“Politizar as lutas nas ruas”

Adufrj-SSind contribui para a análise de conjuntura

O presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, apresentou a contribuição da Assembleia Geral da Seção Sindical sobre o tema. O dirigente destacou a necessidade de se politizar as lutas nas ruas, especialmente neste ano de 2014, marcado por uma conjuntura que prevê forte repressão à classe trabalhadora.

Ele citou o Plano Nacional de Educação (PNE) do governo como um dos pontos centrais a ser combatido pelo movimento docente: “O PNE reforça a privatização da Educação Pública. Nós não queremos ‘escolas no padrão Fifa’, porque isso significa deixar a educação como está. Barrar o PNE é politizar a reivindicação das ruas”, destacou.

Ribeiro afirmou que as condições para a convocação de uma greve geral não estão presentes. Para ele, é necessário muito mais: “É preciso discutir e construir na base esse processo. Reforçar a luta classista, aprofundar o envolvimento de nossa base é um foco prioritário”, disse.

Ainda na avaliação da Adufrj-SSind, as jornadas de junho ocorreram após o transbordamento de insatisfações em diversas áreas. A lista é grande: especulação imobiliária, gastos superfaturados com megaeventos, remoções forçadas das populações pobres, alto custo de vida nas grandes cidades (especialmente as sedes da Copa), ausência de investimentos em Saúde e Educação Públicas, retirada de direitos dos trabalhadores, privatização dos serviços públicos, criminalização dos movimentos sociais, dos negros e pobres, homofobia.



Cláudio Ribeiro.
Presidente da Adufrj-SSind

33º CONGRESSO DO ANDES-SN

Sindicato quer recuperar PNE de 1997

Congressistas aprovam construção de uma agenda de lutas e atualização do PNE - Proposta da Sociedade Brasileira

Encontro Nacional deve ocorrer em agosto

Na plenária do 33º Congresso do dia 12, ficou definido que o movimento docente vai construir uma agenda de lutas em defesa da Educação Pública. Neste sentido, em articulação com outros movimentos sindicais e populares classistas, deverá ser atualizado o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira (aprovado em 1997, em Belo Horizonte, durante um amplo Congresso Nacional de entidades do setor). Este PNE, por reforçar o caráter público da área, é bem diferente dos Planos dos governos FHC, Lula e Dilma – sendo que o projeto petista, por ora, ainda tramita na Câmara dos Deputados.

Encontros preparatórios no primeiro semestre vão anteceder um Encontro Nacional de Educação previsto para agosto. Os docentes deliberaram por intensificar na base a discussão das reformas na educação básica. E o Sindicato também irá se incorporar ao debate nacional sobre Universidade Popular com o objetivo de fortalecer os laços do movimento docente com os movimentos sociais.

Assédio será combatido

A plenária aprovou intensificar a luta no combate ao assédio moral e sexual nas Instituições de Ensino Superior, com a realização de um seminário sobre o tema.

■ Mais sobre o 33º Congresso do Andes-SN na próxima edição.



A presidente do Andes-SN, Marinalva Oliveira, conduz a mesa de abertura do Congresso



Campanha de sindicalização

Também durante o Congresso no Maranhão foi divulgado um vídeo da campanha de sindicalização ao Andes-SN. Com pouco mais de três minutos, ele resume os direitos de cada filiado e as diretrizes do Sindicato Nacional. Para conhecê-lo: <http://migre.me/hQKJO>.

Números do Congresso

O 33º Congresso do Sindicato Nacional contou com uma expressiva participação:

70
seções sindicais representadas por

339
delegados

59
observadores

8 convidados

35
diretores

Oito jornalistas, do Andes-SN e de seis seções sindicais, entre elas a Adufrj-SSind, acompanharam o evento.

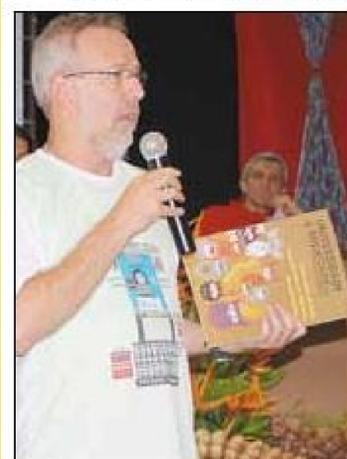
Docentes engrossam ato contra o clã Sarney



Marcha até a sede do governo

Movimentos quilombolas, com a CSP-Conlutas, organizaram, dia 13, um ato na Praça Deodoro, centro histórico de São Luís. Os professores reunidos no 33º Congresso do Andes-SN se somaram ao protesto que denunciava os desmandos da oligarquia Sarney no estado. Da praça, os manifestantes seguiram em marcha até o Palácio dos Leões, sede do governo estadual, mas foram contidos por policiais.

Andes-SN lança nova edição da revista Universidade e Sociedade



Professor apresenta o último número da U&S

A 53ª edição da revista Universidade e Sociedade, do Andes-SN, avalia as manifestações que tomam conta do país desde junho passado para entender o processo e aliar a luta ao movimento docente. O tema "Dimensões da luta: vozes da rua e as reflexões da universidade" indica uma das preocupações que permeou toda a plenária que analisou a conjuntura do país e do mundo.

Consuni descentraliza a flexibilização do regime DE

Conselheiros definem que os colegiados de cada Unidade poderão autorizar mais 120 horas de atividades, com retribuição pecuniária, para os docentes. Pela lei das carreiras, esse controle caberia ao próprio Consuni

Assunto não constava da pauta original

Elisa Monteiro e Redação

Reflexos da nova carreira imposta pelo governo em 2012/2013 começam a aparecer nas deliberações do Consuni. A precarização do trabalho docente, tão bem representada pela luta contra o regime de Dedicção Exclusiva (DE) travada pelos últimos governos federais, se aprofunda com uma regulamentação aprovada na última sessão do colegiado, dia 13. "Flexibilizar" o regime DE significa mercantilizar a educação pública ainda mais. E abre o caminho para a ampliação do descumprimento do repasse de verbas para a educação pública que deveria garantir a autonomia universitária.

A lei nº 12.772 já permitia uma retribuição pecuniária aos professores, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão. Ou por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente. As atividades relacionadas a esses ganhos (por fora da DE) não podiam exceder 120 horas anuais.

"Ressalvada a situação de excepcionalidade a ser justificada e previamente aprovada pelo Conselho Superior da IFE, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 horas exclusivamente para atividades de pesquisa,



Mobilização. Estudantes cobraram agilidade na solução do problema do RU da Letras

desenvolvimento e inovação", acrescenta um trecho da norma.

Pois justamente a partir da deliberação do Conselho Universitário do último dia 13, caberá agora às Congregações ou colegiados das Unidades a definição sobre essas 120 horas excepcionais. A proposta de resolução apresentada pelo reitor Carlos Levi contou com parecer favorável da Comissão de Legislação e Normas (CLN). O tema, que não constava da pauta original da sessão, distribuída dois dias antes, foi incluído no início do colegiado, em caráter de urgência.

O fato ocorreu exatamente na semana em que a diretoria da Adufrj-SSind estava fora da cidade (em virtude do Congresso do Andes-SN, no Maranhão).

"O Consuni, aprovando esta medida desta maneira, acaba por enfraquecer um importante debate que a comunidade acadêmica tem de enfrentar", afirmou Cláudio Ribeiro, presidente da Seção Sindical.

Justificativa foi "aliviar" os conselheiros

"A proposta de resolução autoriza os órgãos deliberativos das unidades ou órgãos suplementares julgar e deferir a excepcionalidade", apresentou o presidente da Comissão, Segen Farid Estefen (da Coppe e representante dos Titulares do CT). Segundo ele e outros integrantes da CLN, não haveria "condições físicas" para os conselheiros analisarem caso a caso. Além disso, a descentralização

foi considerada positiva em virtude "da diversidade da universidade", disse. Para Segen, seria mais pertinente a avaliação local, baseada na "política acadêmica" de cada Unidade. E haveria perigo em "amarar critérios" que poderiam ser questionados nas diversas Unidades.

Único voto contrário, o pró-reitor de Pessoal da UFRJ, Roberto Gambine, defendeu que o Consuni "sinalizasse às Unidades critérios mínimos para a excepcionalidade". Para ele, a indefinição poderá gerar "um choque de entendimentos": "Qualquer um poderá questionar os critérios de sua Unidade, se, em outra, seria atendido". Além disso, o dirigente destacou possíveis conflitos com órgãos externos de controle:

Urgência para o bandeirão

O fechamento do restaurante universitário da Faculdade de Letras por problemas estruturais decorrentes das chuvas será ponto de pauta no próximo Consuni (previsto para o dia 27). O reitor Carlos Levi afirmou ser prioritário para administração central "recuperar a capacidade de oferta de refeições do restaurante". A intenção é de retorno à normalidade do serviço "entre dois e três meses". A bancada discente destacou que o tema da assistência estudantil deverá se intensificar na pauta do conselho em 2014, tanto em função da ampliação da reserva de vagas para estudantes com renda mais baixa quanto pelo encarecimento da cidade em virtude da realização da Copa.

"Estamos, nesse momento, com uma relação enorme para análise de processos de acumulação que vêm de órgãos de controle externos. E boa parte deles é de professores de dedicação exclusiva".

Segundo Vitor Mário Iório (também da CLN e representante dos Associados do CCJE), o Consuni manterá, contudo, o "caráter recursal". "Se o conselho superior da unidade infringir alguma norma, o Consuni está aqui para aceitar recursos", argumentou.

■ CAMPANHA SALARIAL 2014

SPF apontam novo ato unificado para março

Algumas entidades já falam em greve para fim de março ou início de abril

A importância da mobilização, da integração e da unidade das entidades que representam os servidores públicos federais (SPF) de todo o país como forma de pressionar e exigir do governo o atendimento da pauta que compõe a Campanha Unificada de 2014, além das

pautas específicas de cada setor, foi ressaltada durante a reunião ampliada do Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (SPF), realizada dia 7 de fevereiro, em Brasília.

Entre os encaminhamentos, está a realização de uma atividade unificada nacional em março, com data prevista para o dia 19, e a possibilidade de que se torne uma marcha (questões que serão definidas na próxima reunião do Fórum dos SPF); e a manutenção de um indicativo de greve para a segunda quinzena de março.

Durante o encontro, os participantes apontaram a greve como o instrumento da classe trabalhadora para garantir conquistas para o movimento. "A reunião foi positiva na medida em que todos se manifestaram pela unidade dos servidores públicos federais e sobre a necessidade de se construir a luta unificada neste primeiro semestre de 2014. Todos se mostraram comprometidos em discutir a necessidade e construção da greve unificada dos SPF, que pode ter início no fim de março ou no início de abril", explicou o 2º secre-

tário do Andes-SN, Paulo Rizzo.

Avaliação

Para o coordenador da CSP-Conlutas, Paulo Barela, o movimento obteve importantes conquistas em ato do último dia 5 (divulgado em edição anterior do **Jornal da Adufrj**): "Tivemos duas respostas importantes (do governo). Foi assumido o compromisso tácito de que respondam formalmente, ponto a ponto, as oito reivindicações que compõe a Campanha, e a equipe do go-

verno afirmou que buscará garantir uma audiência com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e as entidades dos servidores públicos federais", afirmou Barela.

Segundo ele, os dirigentes cobraram a abertura imediata de negociações em torno da pauta unificada dos servidores federais e rechaçaram a argumentação do governo de que enfrenta dificuldades em atender o pleito dos trabalhadores do serviço público. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Tomam posse 28 novos docentes

Cerimônia ocorreu no Salão Azul da reitoria, no último dia 13

Darlan de Azevedo

Estagiário e Redação

“Meu sonho sempre foi trabalhar na UFRJ, estou muito feliz em realizá-lo e em estar de volta”, afirmou Cristal Moniz de Aragão, de 30 anos. Ex-aluna de graduação e pós-graduação da universidade, ela tomou posse como professora do Instituto de Psicologia, no último dia 13, em cerimônia realizada no Salão Azul do prédio da reitoria.

Também no evento, Arles Brotas, de 39 anos, confessou que alcançava, naquele instante, um dos objetivos mais importantes da vida, mesmo levando em conta as possíveis adversidades: “Fico feliz em ingressar na UFRJ, mas sei que isso é apenas o primeiro passo. Ao mesmo tempo me entristece ver a situação de degradação dos hospitais universitários”. Arles, formado na Universidade Federal Fluminense, completou sua pós-

graduação dentro da UFRJ.

Cristal, Arles e mais 26 novos docentes – que vão reforçar o quadro da instituição na capital e também no *campus* de Macaé e no polo de Xerém – foram recepcionados pelo pró-reitor de Pessoal da UFRJ, Roberto Gambine. O dirigente observou que eles fazem parte de um novo momento da universidade, pois os concursos públicos praticamente inexisteram durante a década de 90.

Boas-vindas também da Adufrj-SSind

A diretoria da Adufrj-SSind, que não pôde comparecer (grande parte estava no Congresso do Andes-SN, no Maranhão), por meio de nota, parabenizou os docentes pela vaga conquistada. Em um kit distribuído aos recém-ingressos, além do texto de boas-vindas, também havia uma cartilha alertando sobre os riscos da previdência complementar dos servidores (via Funpresp) e algumas publicações sobre a precarização da universidade.



Expedativa. Professores ingressaram em novo momento da universidade

Uma universidade submissa?

Docente critica alteração do calendário acadêmico em função da Copa do Mundo

A mudança das datas para retomo e encerramento das aulas da UFRJ em 2014 por conta da Copa do Mundo causou perplexidade entre alguns professores. Salete Maccalóz, da Faculdade Nacional de Direito (FND), classificou o episódio como uma in-

tervenção sobre a normalidade acadêmica. “Alteraram nosso calendário deste ano em razão de um evento que, em primeiro lugar, não é para os brasileiros”, falou ao *Jornal da Adufrj*.

Em sua visão, a modificação do calendário escolar, assim como a instituição de feriado nos dias dos jogos do Brasil, é uma forma de segregação: “O que se pretende é que a população fique em casa ou em seu bairro para não atrapalhar a ida e a vinda dos estrangeiros que estão na cidade”. Ela observou que a elitização do espetáculo reproduz uma

política neoliberal: “A conversão dos estádios em arenas foi um movimento que começou na Europa, com a Margaret Thatcher (ex-primeira-ministra da Inglaterra, de 1979 a 1990). Isso foi lembrado no seu falecimento (em 2013): mais luxuosos, os estádios passaram a cobrar ingressos mais caros”, afirmou.

“Essa crítica precisa ser feita por nós (da universidade). Agir desta forma, simplesmente mexendo no calendário e pronto, representa um golpe de misericórdia, pois atinge exatamente o setor que, da sociedade,

reflete sobre ela sociológica e filosoficamente. A postura mais politicamente correta seria uma definição da própria instituição sobre o calendário nesse ano de Copa. Se toda a sociedade se conforma, não poderíamos nos conformar, porque faz parte da nossa função abrir as cabeças”, completou.

“Desobediência civil pacífica”

A professora disse que chegou a propor entre os colegas “uma desobediência civil pacífica”, pela volta às aulas em

1º de março e término em 5 de julho. E mantendo o calendário do segundo semestre (de 4 de agosto a 10 de dezembro), “como é o regular sistema educacional do país”, explicou. “Nós daríamos o mesmo número de aulas, mas mostraríamos o seguinte: ‘olha, vocês podem fazer a Copa, mas não mexam com a vida das pessoas que cumprem com as suas obrigações”, explica. A proposta, contudo, não avançou. “As pessoas parecem estar um pouco apáticas”, lamentou.

JURÍDICO

Em defesa do direito dos professores inativos

Adufrj-SSind cobra o reposicionamento de quem se aposentou no nível inicial de Associado

Ação tramita na 16ª Vara Federal

A Adufrj-SSind ajuizou ação no fim do ano passado para que a universidade reconheça o direito de os professores aposentados no primeiro nível de Associado (e com mais de 17 anos de doutoramento) possam ser reposicionados em degraus superiores da mesma classe. O procedimento, previsto na lei de carreiras docentes (nº 12.772/2012), até agora só foi respeitado para os ativos.

A assessora jurídica da se-

ção sindical argumenta que “o princípio constitucional é claríssimo ao assegurar a paridade dos proventos dos inativos com a remuneração dos ativos. A paridade não é devida apenas em relação aos aumentos gerais de vencimentos”.

Para conseguir uma liminar que garanta o direito dos aposentados nessas condições, Ana Luisa Palmisciano, advogada da Adufrj-SSind, despachou pessoalmente com o juiz Wilney Magno, da 16ª Vara Federal, nos últimos dias. A mesma ação também cobra as diferenças devidas desde o prazo previsto na lei. Ela aguarda uma decisão.

Relembre o que diz o trecho da lei nº 12.772/2012:

- I - ao Professor (...) que contar com no mínimo 17 anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe Associado, nível 2;
- II - ao Professor (...) que contar com no mínimo 19 anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe Associado, nível 3; e
- III - ao Professor (...) que contar com no mínimo 21 anos de obtenção do título de doutor será concedido reposicionamento para a Classe Associado, nível 4.

Adesão ao plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind estão abertas, com carência reduzida, de 21 de fevereiro a 18 de março e de 21 de março a 18 de abril, para consultas, exames, internações e cirurgias. A carência reduzida só será possível para os segurados com idade inferior a 59 anos.

Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail convênio.unimed@adufjrj.org.br.

Edital de eventos: prazo durante férias surpreende

Causou surpresa para alguns professores o prazo para recebimento de solicitações da primeira etapa do edital de apoio à organização de eventos da UFRJ: de 6 de janeiro a 7 de fevereiro, um período no qual a maioria, de férias, não tomou conhecimento do assunto. O prazo da segunda etapa vai de 1º de junho até 30 de junho.

Segundo o pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Carlos Rangel, cabe às decanias definir os prazos finais para análise e concorrência dos projetos para realização de eventos. Segundo ele, o prazo publicado pela PR-3 foi fixado em fevereiro “apenas para contemplar os projetos já neste mês”. O recurso para este tipo de atividade é dividido e gerido em acordo entre os decanos.

O CFCH, por exemplo, optou por limitar a concorrência ao prazo inicial fixado pela PR-3. Segundo o decano Marcelo Correa e Castro, quatro projetos foram inscritos e serão realizados pelo Centro no primeiro semestre.

INTERNACIONAL

Estivadores portugueses fazem greve

Desde o dia 27 de janeiro, os estivadores portugueses do porto de Lisboa seguem em greve contra as demissões – 47 somente em 2013 – e a precariedade do trabalho. Uma nova operadora tem contratado novos funcionários com salários inferiores aos dos empregados mais antigos.

Para apoiar a luta dos colegas portugueses, estivadores dos portos de vários países europeus paralisaram os trabalhos por duas horas, realizando, em solidariedade, uma “Jornada Europeia de Luta Contra a Liberalização dos Portos Portugueses”.

Em comunicado oficial do

sindicato, somente após a solidariedade internacional é que “foram criadas as condições para a abertura de um canal de diálogo. A CSP-Conlutas, central à qual o Andes-SN é filiado, enviou carta de apoio aos estivadores de Portugal e acompanha os desdobramentos da greve. Uma reunião de ne-

gociação estava prevista para o dia 14 (data de fechamento desta edição), com a presença das Associações das Empresas Portuárias de Lisboa e do Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores do Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal. (Fonte: CSP-Conlutas. Edição: Adufrj-SSind)

betnet



Estivadores

de toda a Europa demonstram solidariedade com o movimento grevista em Portugal

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemus Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patricia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida Tiragem 4.000 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunica@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: <http://www.adufjrj.org.br> Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

A té o mais empertigado governista sabe que a gestão de Dilma Rousseff travou o ritmo dos assentamentos de sem terra no país. E mais: a discrepância entre os números do MST com os apresentados pelo governo é grande. De acordo com o MST, no ano passado foram assentadas sete mil famílias. O ministério do Desenvolvimento Agrário contabiliza 30 mil famílias assentadas. Na tarde de quarta-feira 12, a Esplanada dos Ministérios foi tomada de vermelho. A manifestação mobilizou cerca de 16 mil sem terra que foram a Brasília participar do VI Congresso da organização, reunião que marcou os 30 anos de existência do MST. A polícia do Distrito Federal reprimiu e houve confronto. Na quinta-feira 13, à noite, numa solenidade de aniversário, João Pedro Stédile disse que a reunião não era um congresso do MST, “mas um congresso do povo brasileiro que luta pela Reforma Agrária”.



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil - 12/02/2014

Para construir a Reforma Agrária popular, sem terra ocupam Brasília

Os 30 anos do MST



Repressão. Policiais entram em conflito com manifestantes

Fernando Santa Cruz

Combatente da resistência à ditadura, Fernando Santa Cruz era estudante da UFF quando foi sequestrado pela repressão, há 40 anos. Nesta sexta-feira, 21 de fevereiro, às 18h, ele vai ser lembrado no Plenário Evandro Lins e Silva, na sede da OAB-RJ – Avenida Marechal Câmara – nº 150, 4º Andar. Na ocasião também será lançado o livro *Onde está meu filho?*, que conta a saga dos familiares de Fernando à sua procura.



No escuro

Os alunos do bloco D do CT foram recepcionados neste início de semestre pela falta de luz.

Segundo a superintendência da decania, o motivo da falta de energia na segunda (10) e terça-feira (11) foi a sobrecarga da subestação no subsolo do bloco.

Algumas aulas foram dadas às escuras.

Colegiado

Estudantes dos cursos de Terapia Ocupacional e de Fonoaudiologia passaram a ter assentos na Congregação de Medicina.

Para registro: o curso de Fonoaudiologia foi criado há 20 anos.

Estudantes da Fisioterapia continuam à espera de representação no colegiado.

Cardápio na rede

Em dúvida sobre o cardápio do dia nos bandejões da UFRJ?

A página do Instituto de Nutrição oferece todas as opções para almoço e jantar da semana para facilitar a vida dos usuários.

É possível descobrir o que será oferecido na entrada, prato principal, opção vegetariana, guarnição, acompanhamentos e a sobremesa.

O link de acesso é www.nutricao.ufrj.br/cardapio.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



BRASIL

O alvo é a política

Da Redação

Carlos Alberto Montenegro, dono do Ibope e homem de confiança do mundo corporativo e de políticos influentes, cantou a pedra. A morte do cinegrafista da Bandeirantes vai “ampliar o medo, já presente em setores médios (da sociedade), de apoiar essas marchas”, previu ele, ao Globo. Montenegro disse apostar no recuo das manifestações, insinuando que não haverá fôlego para protestos durante a Copa.

Este é o objetivo do exaltado circo construído em torno da trágica morte de Santiago Andrade: criminalizar o movimento para inibir a luta por direitos. O projeto conservador é autoritário e não quer a participação da população nas decisões sobre a cidade, o estado, o país. Então é preciso tirar a política das ruas, do dia a dia e posicioná-la no âmbito institucional. Afinal, existe o voto de dois em dois anos. O que querem mais?

A artilharia aberta por uma programada histeria midiática se encaixa nesta lógica. E procura envolver, além das principais corporações de comunicação (editoriais, colunistas amestrados, opinião dos reacionários de sempre), a repercussão nos órgãos de segurança, entre autoridades, parlamento, setores de decisão na sociedade. O Senado, por exemplo, ameaça com uma lei, já veemente repudiada por juristas, que quer enquadrar como terrorista quem participar de protestos violentos.

As Organizações Globo, peça de um império gigantesco que prosperou à sombra da ditadura militar, joga pesado nesta disputa. No episódio que resultou na morte do cinegrafista, tem patrocinado nos seus veículos (jornais, TV Globo, rádios) a tese segundo a qual a liberdade de imprensa teria sido a vítima principal. Trata-se de argumento preventivo utilizado, de forma recorrente pelo oligo-

pólio, para neutralizar o debate sobre a ausência de regulação da mídia.

O historiador José Murilo de Carvalho está longe de ser identificado como um intelectual antissistema. Pois coube ao insuspeito acadêmico da ABL, num pequeno artigo, expor a questão de forma lúcida: (...) “O que se viu, no entanto? uma gritaria generalizada contra as ameaças à liberdade de imprensa, coisa que não estava em causa. É mau jornalismo e mau agouro”, advertiu.

Carvalho também fez re-

ferência às propostas de criação de uma legislação mais dura para punir manifestantes: “(...) Na esteira do clamor, ressurgem propostas de leis drásticas que classifiquem como terrorismo os atos de violência nas passeatas. Baixou o espírito de George Bush sobre os proponentes dessas leis. Os que apoiam o governo talvez estejam em pânico com o que possa acontecer na Copa e nas Olimpíadas.”

Um editorial publicado no Globo na quarta-feira 12 (“Os

inimigos da democracia”), rico em insinuações caluniosas, traduz a ofensiva reacionária. O texto tenta, claramente, confrontar partidos de esquerda, sindicatos e o movimento social. O jornal sabe, muito bem, que não há ameaças à “democracia” que, farisaicamente, diz defender. A peça de retórica construída para difundir a histeria comete a covardia de envolver o deputado do Psol, Marcelo Freixo, no episódio do cinegrafista, dando credibilidade a um abjeto advogado de miliciano.

A tentativa do Globo de acertar Freixo tem o jeito de vendeta. Há duas semanas, em entrevista ao *site* Viomundo, o parlamentar disse que as Organizações Globo são sócias nos projetos que querem transformar o Rio de Janeiro em cidade-negócio. “A Rede Globo trata dessa cidade como grandes negócios. Ela é sócia, mesmo, inclusive nos negócios efetivados”, afirmou o parlamentar.

Freixo revela. “A Fundação Roberto Marinho tem uma série de negócios com a secretaria de Educação, tanto do Estado quanto do Município. Isso envolve dinheiro, contratos, projetos. A Rede Globo tem, no projeto de cidade, uma cidade que ela defende. E também com um viés muito autoritário”.

Marcelo Freixo conclui na entrevista que “a possibilidade de debater a cidade, em um lugar onde existe tamanho monopólio de informação, está prejudicada”. Ele acrescenta: “Você tem fundamentalmente dois jornais (no Rio), um deles muito pequeno. Então há um monopólio muito forte da informação no Rio.”

Na noite de quinta-feira 12, pelo menos duas mil pessoas voltaram às ruas do Rio para uma passeata contra o aumento das passagens de ônibus. Na mesma quinta-feira, cenas registradas por profissionais de saúde do Hospital Municipal Salgado Filho, no Méier, mostraram pacientes atendidos no chão e até na bancada dos armários. No Morro de São João, na periferia da cidade, moradores incendiaram um ônibus em protesto contra a execução de um jovem de 19 anos (José Carlos Lopes Júnior) pela PM. Este é o Rio. Este é o Brasil.

